



1 **Tese nº 1**

2 **Tipo:** Tese-guia da FENAJ

3 **Título:** Defender a democracia, derrotar o bolsonarismo e reconstruir o

4 **Brasil**

5 **Proponente:** Diretoria da FENAJ

6 **Justificativa**

7 O 39º Congresso Nacional dos Jornalistas acontece num momento dramático para a
8 humanidade. Se a crise sistêmica do capitalismo vinha provocando o fim das medidas de
9 conciliação entre capital e trabalho (como fora a política de bem-estar social implantada
10 nos países centrais), a crise sanitária mundial trouxe consequências ainda mais gravosas
11 para a classe trabalhadora. Aliada às crises econômica e sanitária, a ofensiva dos setores
12 ligados ao grande capital esvazia a política e solapa a democracia em vários países do
13 mundo.

14 O Brasil é um caso emblemático de país no qual as três crises simultâneas têm provocado
15 retrocessos impactantes na vida nacional. O fenômeno que vem sendo chamado por
16 cientistas políticos de *desdemocratização*, tem diminuído o papel das instituições típicas
17 das democracias liberais e tornado as decisões institucionais menos suscetíveis às
18 pressões populares. O respaldo popular é cada vez menos importante, em razão do poder
19 das grandes corporações, do capital financeiro e das elites econômicas.

20 O golpe de 2016 foi a primeira expressão concreta da *desdemocratização*, que cresceu no
21 governo e mais ainda nas eleições gerais de 2018, quando o amplo apoio à candidatura
22 de Jair Bolsonaro no segundo turno revelou o caminho perigoso que estava sendo
23 construído. Direita e extrema-direita uniram-se no projeto de *desdemocratização*. E
24 mantêm-se unidas no mesmo propósito, quando, neste ano, instala-se a discussão da
25 sucessão presidencial.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





26 Nas palavras do jornalista e cientista político Luís Felipe Miguel, “como revelaram
27 nitidamente as fracassadas movimentações em favor de uma frente ampla contra
28 Bolsonaro, em meados de 2020, o preço a pagar para uma ‘normalização’ democrática
29 seria aceitar os retrocessos e, em especial, o veto a qualquer protagonismo de organização
30 e atores políticos vinculados aos interesses populares. Em suma: a normalização
31 democrática projetada pelas classes dominantes passa pelo impedimento da retomada de
32 qualquer dinâmica política que se aproxime da democracia”.

33 Isso porque o capitalismo, quando considera necessário, utiliza inclusive as instituições
34 democráticas para solapar a democracia e impedir conquistas da classe trabalhadora. No
35 capitalismo periférico brasileiro, pequenos avanços sociais provocaram reações da classe
36 dominante e, para contê-los essa elite elegeu Jair Bolsonaro e o mantém no poder, apesar
37 de sua inépcia para o cargo que ocupa e dos crimes que vem cometendo (de
38 responsabilidade e comuns). O governo Bolsonaro caracteriza-se por ser antidemocrático
39 por natureza: o presidente expressa sistematicamente sua inclinação golpista, e, em sua
40 ofensiva permanente contra a democracia, ataca a liberdade de imprensa e agride com
41 frequência o jornalismo e os jornalistas, como a FENAJ registra e combate.

42 Entre os crimes de lesa-pátria e de perda da soberania cometidos por esse governo estão
43 a desnacionalização, o desmonte e a venda do patrimônio públicos, como a Petrobrás -
44 uma das maiores empresas de petróleo do mundo -, a privatização das fontes de água doce
45 e de empresas lucrativas como os Correios e a Eletrobrás. E a destruição da Amazônia, o
46 garimpo ilegal e a invasão de terras indígenas, crimes denunciados junto a instituições
47 internacionais, como o Tribunal Internacional de Haia, pelo extermínio dos povos
48 originários brasileiros.

49 É por sua aversão a qualquer avanço para diminuir a imensa desigualdade social existente
50 no Brasil que as elites econômica e política não cogitam tirar Bolsonaro do poder. Ainda
51 que acuado pelas crises sanitária, econômica e política e colocado na defensiva pela CPI
52 da Covid-19, Bolsonaro mantém-se.



53 Para isso, conta com a cumplicidade das instituições que deveriam agir dentro da ordem
54 burguesa institucional, mas atuam com seletividade para não colocar em risco o projeto
55 de desdemocratização, que assegura os retrocessos sociais em curso. Bolsonaro é tolerado
56 porque está cumprindo parte do papel que lhe foi confiado, mesmo envergonhando as
57 elites que o mantém com seus discursos e comportamentos que vão da negação da ciência
58 e desrespeito às normas sanitárias à misoginia e propagação de mentiras.

59 Nem mesmo a criminoso gestão da crise sanitária, que já deixou o saldo de mais de 560
60 mil mortes, levou ao impedimento do presidente, como reivindicam os mais de cem
61 pedidos apresentados por diversos segmentos da sociedade civil - incluindo a Federação
62 Nacional dos Jornalistas - e por partidos políticos à Câmara dos Deputados.
63 Primeiramente, o deputado Rodrigo Maia foi o guardião do projeto em curso. Depois,
64 Arthur Lira que, igualmente, mantém os pedidos de impeachment na gaveta.

65 Lira personifica o grupo fisiológico chamado Centrão, última aposta política de
66 Bolsonaro para se manter no poder, depois que a militarização do governo mostrou-se
67 insuficiente. Com cargos e verbas públicas, ele compra aliados e conserva seu poder,
68 protegendo-se a si mesmo e a seus filhos.

69 A estratégia de entregar o governo ao Centrão vem aliada com a manutenção da estratégia
70 adotada já na campanha eleitoral de pautar a agenda de debates com temas polêmicos,
71 mas sem significância. O objetivo é alimentar seus apoiadores com argumentos fáceis (e
72 quase sempre ilógicos), justificar possíveis medidas (a sempre presente ameaça de golpe)
73 e tumultuar os processos democráticos. O debate sobre a volta do voto impresso cabe
74 perfeitamente nessa estratégia.

75 Infelizmente, os setores progressistas da sociedade brasileira ainda não conseguiram fazer
76 o enfrentamento necessário a esse projeto em curso. Um projeto autoritário e antinacional
77 (entreguista) que está destruindo a democracia brasileira (que nunca chegou a se
78 consolidar), os direitos sociais e trabalhista, os recursos naturais e a própria civilidade, ao
79 buscar naturalizar a violência e o punitivismo, a misoginia, o racismo, e a LGBTfobia.



80 Particularmente no campo das comunicações, os retrocessos também foram assegurados,
81 principalmente no que diz respeito ao sistema público de comunicação. O governo
82 Bolsonaro continuou o desmantelamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC),
83 iniciado no governo Temer, e o aprofundou. Lembremos que a EBC foi criada no governo
84 Lula para atender à determinação constitucional que estabelece a existência da
85 “comunicação pública”. A esse passo para ampliar a democracia e a cidadania no Brasil,
86 os golpistas se opõem. A perspectiva de uma comunicação e de uma produção jornalística
87 paradigmática foi interrompida, com a transformação da EBC em uma empresa de
88 propaganda do governo e a perseguição aos funcionários, que resistem cotidianamente às
89 pressões e determinações dos gestores.

90 Aos desafios nunca superados e uma regulação democrática dos meios de comunicação
91 no Brasil (até o debate público sempre interdito pelas empresas hegemônicas),
92 somaram-se novos, em especial, o de regulação para atuação das grandes plataformas
93 digitais no país.

94 Essas grandes plataformas - em sua maioria multinacionais norte-americanas - controlam
95 as principais redes sociais e serviços de mensageria que funcionam por meio da internet.
96 Exercem cada vez mais determinações sobre as mais diversas áreas da vida em sociedade,
97 da comunicação propriamente dita à economia. E atuam sem nenhuma regulação,
98 colocando-se acima dos Estados nacionais.

99 Portanto, é urgente que a sociedade brasileira se debruce sobre o problema e discuta
100 formas de regulação tanto econômica quanto de moderação de conteúdo e proteção de
101 dados individuais. A tarefa é produzir uma regulação econômica que determine às
102 plataformas suas contribuições fiscais e sociais no país (Tese 3) e uma regulação de
103 moderação de conteúdo que assegure a liberdade de expressão dos cidadãos e cidadãs e
104 imponha às plataformas regras transparentes e democráticas, sem censuras privadas.

105 Como parte da regulação econômica, as grandes plataformas digitais podem e devem,
106 além da questão fiscal (Tese 3), também ser obrigadas a remunerar o conteúdo jornalístico
107 amplamente utilizado por elas. Este debate já instalado no país, com a tramitação de



108 projetos de leis, na Câmara do Deputados e no Senado, deve ser aprofundado pela
109 categoria dos jornalistas.

110 Diante do cenário apresentado, os/as jornalistas brasileiros/as precisam manter-se
111 articulados em torno dos princípios democráticos, contribuindo para a derrota do projeto
112 em curso. Os jornalistas brasileiros/as têm compromisso histórico com o estado de direito,
113 com as liberdades individuais e coletivas e com a construção de uma sociedade
114 socialmente justa, igualitária e fraterna.

115 **Propostas:**

116 1 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem manter suas atuações nas Frentes Brasil
117 Popular e Povo Sem medo para o enfrentamento ao bolsonarismo e sua derrota.

118 2 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem reforçar a mobilização popular pelo
119 “Fora Bolsonaro!”, incluindo o apoio aos pedidos de impeachment de Jair Bolsonaro.

120 3 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem manter e intensificar a luta em defesa
121 do sistema público de comunicação, em especial contra a privatização ou extinção da
122 EBC.

123 4 - A FENAJ e os Sindicatos devem aprofundar o debate sobre a regulação das
124 plataformas digitais.

125 5 - A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem aprofundar o debate sobre a
126 remuneração pela utilização do conteúdo jornalístico pelas grandes plataformas digitais.